



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA  
Estado de São Paulo

012

Ofício n.º 156/2020

Garça, 04 de junho de 2020.

Ref.: Encaminha Projeto de Lei n.º 019/2020

Senhor Presidente,

Considerando o contido no Memorando 1doc. n.º 7802/2020, encaminhamos para apreciação e deliberação dessa Casa, o incluso Projeto de Lei n.º 019/2020, através do qual estamos solicitando autorização para suspender os recolhimentos previdenciários do RGPS e RPPS.

Considerando o Decreto Legislativo Federal n.º 6 de 2020, que estabeleceu o estado de Calamidade Pública no Brasil;

Considerando o Decreto Estadual n.º 64.879/2020, de 20 de março de 2020, que estabeleceu o estado de calamidade pública no Estado de São Paulo;

Considerando o Decreto Municipal n.º 9.048, de 27 de março de 2020, que estabelece o estado de calamidade pública no Município de Garça;

Considerando o Decreto da Assembleia Legislativa Estadual n.º 2.495, de 31 de março de 2020, reconhecimento do estado de calamidade pública no município de Garça;

Considerando a queda de arrecadação prevista pelo efeito da pandemia covid-19 nas receitas tributárias do município;

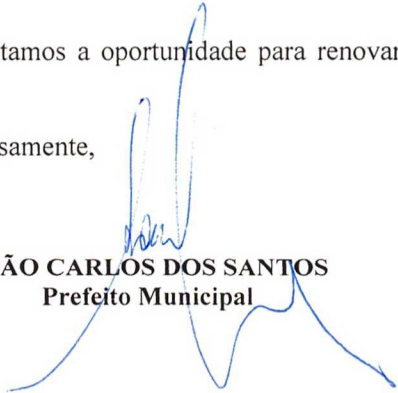
Considerando a necessidade do Município de adequação orçamentária para o enfrentamento necessário a pandemia covid-19;

Considerando a Lei Complementar n.º 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2(Covid-19), que em seu §2 do art. 9º, determina a suspensão do recolhimento e parcelamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social e estende a suspensão aos recolhimentos e parcelamentos das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, mediante autorização legislativa;

Desta forma, como é de interesse da Administração Pública o tema que envolve a matéria, solicitamos especial atenção dos Nobres Edis para aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, **bem como que a sua tramitação se dê em regime de urgência, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica do Município.**

Aproveitamos a oportunidade para renovarmos nossos protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

  
JOÃO CARLOS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
**WAGNER LUIZ FERREIRA**  
Presidente da Câmara Municipal de Garça  
**NESTA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA  
Estado de São Paulo

020

PROJETO DE LEI Nº 019/2020 *cm n.º 29/2020*

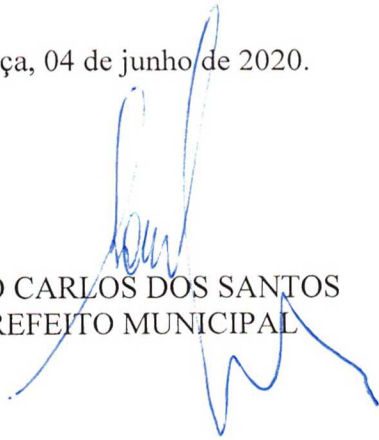
**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUSPENDER OS  
RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS DO RGPS E RPPS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

A Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a suspender os parcelamentos e recolhimentos de dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e os parcelamentos e recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS - IAPEN, com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos dos arts. 2º, 9º e § 2º do mesmo artigo da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garça, 04 de junho de 2020.

  
JOÃO CARLOS DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL



030

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**

**SENHOR PRESIDENTE:**

FAÇO concluso a V. Ex<sup>a</sup>. da **Projeto de Lei nº 29/2020**, considerado Objeto de Deliberação na 16ª Sessão Ordinária, realizada em 08 de junho de 2020.

Secretaria Legislativa, 08/06/2020.

Antonio Marcos Pereira  
Secretário Legislativo

**= DESPACHO =**

Encaminhe-se o Projeto em epígrafe às Comissões Permanentes da Casa, para, no prazo regimental, proceder à distribuição deste processo.

Câmara Municipal de Garça, 09/06/2020

Wagner Luiz Ferreira  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

ouA

**TRÂMITE LEGISLATIVO**

Nº da Propositura:	PL nº <del>28</del> 29/2020	Data do Protocolo:	04/06/2020
Sessão em que foi considerado objeto de deliberação:	16ª SO/2020	Data da Sessão:	08/06/2020

**Regime de Urgência?** Sim

**Iniciativa:** Poder Executivo

**Turnos de Votação:**

(X) Único - de acordo com artigo 169 do Regimento Interno da Casa.

( ) Dois - de acordo com inciso \_\_\_\_ do artigo 169 do Regimento Interno da Casa.

**Quórum de Votação:**

(X) Maioria Simples (mais da metade dos presentes) – de acordo com artigo 187 do Regimento Interno.

( ) Maioria Absoluta (mais da metade do total – 7 dentre os 13) – de acordo com artigo 185, inciso \_\_\_\_ do Regimento Interno.

( ) Maioria Qualificada (dois terços – 9 dentre os 13) - de acordo com artigo 186, inciso \_\_\_\_ do Regimento Interno.

**TRÂMITE NAS COMISSÕES PERMANENTES**

Comissão	S	N	Data do Parecer	Relator
Comissão de Constituição, Justiça e Redação	x		17/06/2020	Rafael José Frabetti
Comissão de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Obras e Serviços Públicos	x			
Comissão de Saúde, Educação e Assuntos Sociais		x		
Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo		x		



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

www.garca.sp.gov.br/diario-oficial

Quarta-feira, 10 de junho de 2020

Ano VII | Edição nº 1393

Página 3 de 14

certame para o referido item. Encontra-se aberto o prazo de 05 dias úteis para interposição de eventuais recursos, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações – Data: 09/06/2020 – Comissão Permanente de Licitações

### Homologação / Adjudicação

#### HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2020 – EDITAL 006/2020

Diante do julgamento da Comissão Permanente de Licitações, homologo o processo licitatório supra e adjudico seu objeto à empresa “A. B. SATÍLIO JÚNIOR ME”, pelo valor global de R\$ 474.303,05 (quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e três reais e cinco centavos), - Data: 08/06/2020 – João Carlos dos Santos – Prefeito Municipal.

### Serviço Autônomo de Águas e Esgotos - SAAE

#### Licitações e Contratos

#### Aviso de Licitação

#### SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS - SAAE DE GARÇA

#### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020 – Tipo: menor preço. Objeto: contratação de empresa para a locação de software para a leitura e impressão das contas de água. Data: 24/06/2020 às 09h00min, à Rua João Bento, 40. Edital: www.saaegarca.sp.gov.br. Garça, 09/06/2020. Ulysses Bottino Peres, Diretor Executivo.

### PODER LEGISLATIVO DE GARÇA

#### Atos Legislativos

#### Pauta das Sessões

#### PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020, A REALIZAR-SE NO DIA 15 DE JUNHO DE 2020, A PARTIR DAS 17:15H

ITEM ÚNICO – Projeto de Lei nº 20/2020, de autoria do Prefeito - Altera o Anexo III da Lei nº 5.164/2017, de 19 de outubro de 2017 (PPA) e altera o Anexo IIA da Lei nº 5.304, de 25 de junho de 2019 (LDO) - autorizando a abertura de crédito especial no montante de R\$ 252.300,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e trezentos reais), objetivando a aquisição de 01 (um) trator agrícola e 01 (uma) varredora coletora rebocável. PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES. 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.

Secretaria da Câmara Municipal de Garça, 09 de junho de 2020.

WAGNER LUIZ FERREIRA

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.

ANTONIO MARCOS PEREIRA

Secretário Legislativo

#### Considerado objeto de deliberação

#### PROJETO DE LEI Nº 019/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL A SUSPENDER  
OS RECOLHIMENTOS  
PREVIDENCIÁRIOS DO  
RGPS E RPPS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a suspender os parcelamentos e recolhimentos de



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

[www.garca.sp.gov.br/diario-oficial](http://www.garca.sp.gov.br/diario-oficial)

Quarta-feira, 10 de junho de 2020

Ano VII | Edição nº 1393

Página 4 de 14

dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e os parcelamentos e recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - IAPEN, com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos dos arts. 2º, 9º e § 2º do mesmo artigo da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garça, 04 de junho de 2020.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Ofício n.º 156/2020

Garça, 04 de junho de 2020.

Ref.: Encaminha Projeto de Lei n.º 019/2020

Senhor Presidente,

Considerando o contido no Memorando 1doc. nº 7802/2020, encaminhamos para apreciação e deliberação dessa Casa, o incluso Projeto de Lei nº 019/2020, através do qual estamos solicitando autorização para suspender os recolhimentos previdenciários do RGPS e RPPS.

Considerando o Decreto Legislativo Federal nº 6 de 2020, que estabeleceu o estado de Calamidade Pública no Brasil;

Considerando o Decreto Estadual nº 64.879/2020, de 20 de março de 2020, que estabeleceu o estado de calamidade pública no Estado de São Paulo;

Considerando o Decreto Municipal nº 9.048, de 27 de março de 2020, que estabelece o estado de calamidade pública no Município de Garça;

Considerando o Decreto da Assembleia Legislativa Estadual nº 2.495, de 31 de março de 2020, reconhecimento do estado de calamidade pública no município de Garça;

Considerando a queda de arrecadação prevista pelo efeito da pandemia covid-19 nas receitas tributárias do município;

Considerando a necessidade do Município de

adequação orçamentária para o enfrentamento necessário a pandemia covid-19;

Considerando a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), que em seu §2 do art. 9º, determina a suspensão do recolhimento e parcelamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social e estende a suspensão aos recolhimentos e parcelamentos das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, mediante autorização legislativa;

Desta forma, como é de interesse da Administração Pública o tema que envolve a matéria, solicitamos especial atenção dos Nobres Edis para aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, bem como que a sua tramitação se dê em regime de urgência, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica do Município.

Aproveitamos a oportunidade para renovarmos nossos protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

WAGNER LUIZ FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Garça

NESTA

### PROJETO DE LEI CM Nº 028/2020

*ALTERA O ANEXO III DA LEI Nº 5.164/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017 (PPA) E ALTERA O ANEXO IIA DA LEI Nº 5.304, DE 25 DE JUNHO DE 2019 (LDO) - AUTORIZANDO A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO MONTANTE DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), PARA AÇÕES DE SAÚDE ANIMAL (CASTRACÃO).*

A Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III da Lei Municipal nº 5.164, de 19 de



002

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 29/2020**  
*(de autoria do Vereador Wagner Luiz Ferreira)*

**AUTORIZA A SUSPENSÃO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES  
PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS DEVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GARÇA AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais devidas pela Prefeitura Municipal de Garça ao Regime Próprio de Previdência Social, exclusivamente em relação ao Fundo Previdenciário, administrado pelo IAPEN, com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às contribuições previdenciárias patronais devidas pela Câmara Municipal de Garça, pelo Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE e pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça – IAPEN.

**Art. 2º** Ficam mantidos os pagamentos devidos a título de refinanciamentos de dívidas do município de Garça com o Regime Próprio de Previdência Social.

**Art. 3º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garça/SP, 16 de junho de 2020.

  
**WAGNER LUIZ FERREIRA**  
Vereador





07/06

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**JUSTIFICATIVA**

**SENHORES (AS) VEREDORES (AS),**

O presente Substitutivo tem por finalidade propor alteração na redação da matéria adequando-a ao que dispõe a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

Diante do exposto, solicito a aprovação pelos nobres pares.

Garça/SP, 16 de junho de 2020.

  
**WAGNER LUIZ FERREIRA**  
Vereador



09A

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
PROJETO DE LEI Nº 29/2020  
PARECER Nº 046/2020

**Relatório**

Chega para apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 29/2020.

O projeto, de autoria do Prefeito, autoriza o Poder Executivo Municipal a suspender os recolhimentos previdenciários do RGPS e RPPS e dá outras providências.

A proposta foi encaminhada, nos termos regimentais, a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico.

O Presidente avocou a relatoria para exarar seu voto.

É o relatório.


**Voto do Relator**

O Projeto atende aos requisitos propostos pelo artigo 142 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Garça.

No que se refere aos aspectos de legalidade e constitucionalidade, insta consignar que o Projeto atende aos requisitos formais e materiais de legalidade e constitucionalidade.

Isto posto, no que tange aos aspectos de competência desta Comissão a serem analisados, o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário.

É como voto.

  
Rafael José Frabetti  
Presidente

**Conclusão da Comissão**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos seu voto pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

É o parecer.

S. das Comissões, 17 de junho de 2020.





cal

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**SOLICITAÇÃO DE PARECER À PROCURADORIA LEGISLATIVA**

Senhor Procurador,

Requeiro de Vossa Senhoria, Parecer Jurídico ao **Projeto de Lei nº 29/2020**, que autoriza o Poder Executivo Municipal a suspender os recolhimentos previdenciários do RGPS e RPPS e dá outras providências..

S. das Comissões, 17 de junho de 2020.

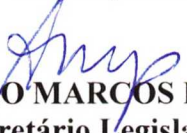
  
**PAULO ANDRÉ FANECO**  
Vereador

10A

### **TERMO DE JUNTADA**

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, por ordem do Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Garça, juntei aos autos desta Propositura o documento encaminhado pelo Sr. Adriano Alves - Diretor Superintendente do IAPEN Substituto, em anexo.

Do que, para constar, na qualidade de Secretário Legislativo desta Casa de Leis, lavrei o presente termo.

  
**ANTONIO MARCOS PEREIRA**  
**Secretário Legislativo**



**INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARÇA**

**I A P E N – Autarquia Municipal**

C.N.P.J.: 59.991.364/0001-23

R. Cel. Joaquim Piza, Nº 140 – Térreo - F: (14)3406-1989 – Fax: (14)3471-2510 – CEP: 17400-000

Ofício Nº 079/2020

Garça, 23 de junho de 2020.

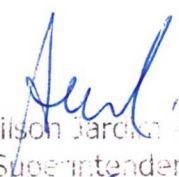
**REF.: PUBLICAÇÃO PORTARIA 4.816/2020, QUE DISPOE SOBRE O ARTIGO  
9º DA LEI COMPLEMENTAR 173/2020.**

**SENHOR PRESIDENTE**

Encaminhamos a V. Senhoria para conhecimento e para os devidos fins, Portaria nº 14.816/2020, publicada em 22/06/2020, pelo Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que servirá para adequação do Projeto de Lei nº 019/2020, enviado pelo Executivo.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e dignos Pares os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

  
Adriano Wilson Jardim Alves  
Diretor Superintendente  
Substituto

**EXMO. SR.  
WAGNER LUIZ FERREIRA  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
GARÇA**



## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em 22/06/2020, Edição 117, Seção 1, Página 45

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

### PORTARIA Nº 14.816, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a aplicação do art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social, e altera, em caráter excepcional, parâmetros técnico-atuariais aplicáveis aos RPPS. (Processo nº 10133100499/2020-54)

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "a" do inciso II do art. 71 e o art. 180 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, e o inciso VII do art. 1º da Portaria ME nº 117, de 26 de março de 2019, e tendo em vista o disposto no inciso XII do art. 167 da Constituição Federal, no § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, no inciso II do art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e no art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º A aplicação da suspensão prevista no art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 2020, aos valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS depende de autorização por lei municipal específica.

§ 1º A lei municipal deverá definir explicitamente a natureza dos valores devidos ao RPPS que serão alcançados pela suspensão de que trata o caput, limitados a:

I - prestações não pagas de termos de acordo de parcelamento firmados até 28 de maio de 2020, com base nos arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020; e

II - contribuições previdenciárias patronais devidas pelo Município e não pagas, relativas às competências com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.

§ 2º Para os efeitos do inciso II do § 1º, consideram-se contribuições patronais aquelas previstas no plano de custeio do RPPS, de que trata o art. 44 da Portaria ME nº 464, de 19 de novembro de 2018, instituídas por meio de alíquotas para cobertura dos custos normal ou suplementar, ou por meio de aportes estabelecidos em planos de amortização de déficit atuarial, devendo a lei municipal especificar se a autorização da suspensão abrange essas três espécies ou apenas alguma delas.

§ 3º A autorização para a suspensão de que trata este artigo

I - não afasta a responsabilidade do Município pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 9.717, de 1998, inclusive as relativas aos planos financeiros em caso de segregação da massa dos segurados; e

II - não afasta que o Município mantenha o funcionamento do órgão ou entidade gestora do RPPS, por meio da assunção direta de despesas, do repasse da taxa de administração ou de aportes financeiros, caso referido órgão ou entidade não tenha recursos disponíveis para tal finalidade.

Art. 2º São verdadeiras:

I - a suspensão do repasse das contribuições patronais devidas aos servidores ativos, aposentados e pensionistas devidas ao RPPS;

II - a restituição ou compensação dos valores de prestações de termos de acordo de parcelamento ou de contribuições previdenciárias patronais devidas que tiverem sido pagas ao órgão ou entidade gestora do RPPS com vencimento dentro do período de que tratam os incisos I e II do § 1º do art. 1º;

III - a utilização de recursos do RPPS incluídos os valores integrantes dos fundos de que tratam o art. 249 da Constituição Federal e o art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para despesas distintas do pagamento dos benefícios previdenciários do respectivo fundo e daquelas necessárias a sua organização e ao seu funcionamento, conforme disposto no inciso XII do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 3º Cada prestação de termo de acordo de parcelamento, de que trata o inciso I do § 1º do art. 1º, cujo repasse tenha sido supresso, conforme autorizado em lei municipal, deverá ser paga pelo Município ao órgão ou entidade gestora do RPPS, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos no acordo, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, de forma condizante com as prestações vincendas a partir de janeiro de 2021, iniciando-se pela prestação mais antiga suspensa e terminando pela mais recente, em número total de meses igual ao número de prestações supressas.

Parágrafo único. Alternativa à lei, dispõe no caput a lei municipal que autorizar a suspensão poderá ainda autorizar, observadas as condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 2008, a suspensão parcial de que trata o § 1º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de

134

2019, inclusive em caso de prestações relativas a termos de acordo de parcelamento firmados com base nos parâmetros estabelecidos no art. 5º-A da referida Portaria que:

I - as prestações suspensas sejam objeto de novo termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021, ou

II - o termo de acordo de parcelamento seja objeto de reparcimento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021, não se aplicando a limitação de um único reparcimento prevista no inciso III do § 7º do art. 5º da Portaria MPS nº 402 de 2009.

Art. 4º As contribuições previdenciárias patronais, de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º, cujo repasse tenha sido suspenso conforme autorizado em lei municipal, deverão ser pagas pelo Município ao órgão ou entidade gestora do RPPS, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos na legislação municipal para os casos de inadimplemento da obrigação de repasse, respeitando-se como limite mínimo a meta anual, dispensada a multa, até o dia 31 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. Automaticamente se dispensa, no cabot, a lei municipal que autorizar a suspensão, desde que esta esteja em conformidade com as condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS nº 402 de 2009, e o prazo máximo previsto pelo § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que as contribuições suspensas sejam objeto de termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021.

Art. 5º O não repasse das prestações dos termos de acordo de parcelamentos e das contribuições previdenciárias patronais, desde que conforme autorização em lei municipal específica, nos termos do art. 1º, não constituiá impedimento à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, até o dia 31 de janeiro de 2021.

§ 1º Na impossibilidade de atuação das funcionalidades do CADPREV para verificação automática da suspensão de que trata esta Portaria, a emissão do CRP deverá observar o disposto no parágrafo único do art. 3º da Portaria MPS nº 204 de 10 de julho de 2008.

§ 2º A suspensão de que trata esta Portaria não dispensa o Município da obrigação de encaminhar a Secretaria de Previdência e Departamento de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR no prazo e na forma previstos na mesma Lei, o que está previsto no inciso II do § 6º do art. 5º da Portaria MPS nº 204 de 2008, observado o disposto na Portaria MP nº 5743 de 06 de abril de 2020.

Art. 6º Aplicam-se, em caráter excepcional, as seguintes disposições relativas aos parâmetros técnico-atuariais dos RPPS:

I - para os fins da alínea b) do inciso I do art. 16 da Portaria MP nº 464, de 19 de novembro de 2018, serão admitidos com o devido reconhecimento dos compromissos do plano de benefícios do RPPS os termos de acordo de parcelamento formalizados até 31 de janeiro de 2021;

II - para contagem dos ativos atuariais, não se aplicam os planos de amortização de déficit atuarial de que tratam a alínea b) do art. 5º da Portaria MP nº 54 de 2008 e o inciso II do § 2º do art. 7º da Instrução Normativa nº 07 de 31 de janeiro de 2018, que autoriza a suspensão da exigência de 2020;

III - ficam as exigências suspensas até 31 de 2021;

IV - a aplicação do critério mínimo de amortização do déficit atuarial, de que trata o inciso II do art. 54 da Portaria MP nº 464 de 2018;

V - a exigência de elevação gradual das despesas suplementares, de que trata o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 07 de 2018;

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 19 de junho de 2020.

BRUNO BRANCO LEAL

Este documento não possui validade jurídica.



14A

**Câmara Municipal de Garça**  
*Estado de São Paulo*  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**PARECER/PLCMG Nº 013/2020**

**PROJETO DE LEI Nº 029/2020**

**INTERESSADO: Vereador Paulo André Faneco**

**ASSUNTO: Suspensão no recolhimento de contribuições previdenciárias**

- I. Projeto de Lei nº 029/2020, que autoriza o Poder Executivo Municipal a suspender os recolhimentos plenipotenciários do RGPS e do RPPS e dá outras providências.*
- II. Propositura que versa sobre a suspensão de recolhimentos para com o Regime Geral de Previdência Social (INSS). Matéria que extrapola a competência legislativa dos municípios, nos termos art. 24, XII, da CF/88.*
- III. Projeto que não atende aos requisitos impostos pela Portaria nº 14.816/2020, do Ministério da Economia.*
- IV. Afronta, pela via reflexa, ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 173/2020.*
- V. Possibilidade de substitutivo para correção dos vícios, nos termos do art. 153 da RICMG.*
- VI. Propositura que atende parcialmente aos requisitos formais e materiais de legalidade e constitucionalidade.*

*Sr. Vereador,*

Chega a esta Procuradoria, para parecer, o incluso Projeto de Lei nº 029/2020, por meio do qual o Chefe do Executivo busca obter autorização legislativa para suspender os parcelamentos e recolhimentos de dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os parcelamentos e recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.

Para tanto, considera “a queda de arrecadação prevista pelo efeito da pandemia covid-19 nas receitas tributárias do município”, bem como “a necessidade do Município de adequação orçamentária para o enfrentamento necessário a pandemia Covid-19”.

***É a síntese do necessário.***

***Passo a opinar.***

Inicialmente, urge destacar que o presente parecer é prolatado em face do que dispõe o artigo 56 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Garça, senão vejamos:

***Art. 56.*** *As proposições sujeitas à deliberação do Plenário, a pedido das Comissões ou de qualquer membro da Câmara, poderão se submeter a parecer técnico da Procuradoria Legislativa e/ou dos demais órgãos técnicos da Casa, a depender da matéria, observado o seguinte:*  
*(...)*

Passemos à análise da propositura.

14A



**Câmara Municipal de Garça**  
**Estado de São Paulo**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

Conforme dispõe o artigo 142 do Regimento Interno da Casa, são requisitos para apresentação dos projetos:

**Art. 142. (...)**

- I – ementa elucidativa de seu objetivo;*
- II – menção de revogação das disposições em contrário, quando for o caso;*
- III – assinatura do autor ou autores;*
- IV – justificativa, por escrito, fundamentando a adoção da medida proposta.*

O Projeto em análise atende a tais exigências regimentais. A proposição contém ementa elucidativa do seu objetivo. Está assinado pelo autor e se faz acompanhar de justificativa, por escrito, fundamentando a adoção da medida proposta, de modo a evidenciar a vontade legislativa.

Noutro giro, insta consignar que o Projeto de Lei tratou de matéria cuja iniciativa legislativa está no rol de atribuições do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto nos arts. 59 e 78, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Garça.

Contudo, ao possibilitar a suspensão dos recolhimentos de dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social - RGPS, a propositura extrapolou a competência legislativa municipal, esbarrando no comando inserto no art. 24, inciso XII, da CF/88.

Conforme se observa do art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, foi autorizado pelo Congresso Nacional, tão somente, a suspensão dos pagamentos relativos aos **refinanciamentos de dívidas** dos Municípios com a Previdência Social, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, *in verbis*:

**Art. 9º** Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos **refinanciamentos** de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020. -g.n.

Ou seja, referido preceito da legal não autorizou a suspensão de pagamentos de obrigações correntes que tenham por objeto contribuições sociais devidas pelos municípios ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mas apenas o pagamento de dívidas que se encontram refinanciadas (parceladas) com a Previdência Social.

Logo, ao disciplinar matéria relativa à previdência social de maneira diversa do previsto na norma geral de regência (LC nº 173/2020), o Projeto de Lei acabou por usurpar a competência legislativa da União e dos Estados, em afronta ao disposto no art. 24, inciso XII, da CF/88.

Ponderados os requisitos formais, passemos à análise dos elementos materiais de legalidade e constitucionalidade da propositura.

O legislador constitucional reformador, através das Emendas Constitucionais nº 20, de 15/12/1998, e 41, de 19/12/2003, assegurou aos servidores efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regime previdenciário de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.



NGA

**Câmara Municipal de Garça**  
**Estado de São Paulo**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

É justamente na contribuição do respectivo ente público que reside a regra de exceção definida na Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que possibilitou a suspensão dos pagamentos relativos aos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, cuja elisão poderá ser estendida ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais devidas aos respectivos regimes próprios (RPPS), desde que autorizada por lei municipal específica.

Vejamos:

*Art. 9º Ficam suspensos, na forma do regulamento, os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos Municípios com a Previdência Social com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.*

*§ 1º (VETADO).*

*§ 2º A suspensão de que trata este artigo se estende ao recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios, desde que autorizada por lei municipal específica. - g.n.*

Por sua vez, regulamentando o aludido preceito legal, o Ministério da Economia editou a Portaria nº 14.816, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre a aplicação do art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social.

No cotejo do regulamento, verifica-se que a Portaria nº 14.816/2020, em seu art. 1º, impôs a cada município, através de lei municipal, a necessidade de definir expressamente a natureza dos valores devidos ao RPPS que serão alcançados pela suspensão do pagamento, senão vejamos:

*Art. 1º A aplicação da suspensão prevista no art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 2020, aos valores devidos por Municípios a seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS depende de autorização por lei municipal específica.*

*§ 1º A lei municipal deverá definir expressamente a natureza dos valores devidos ao RPPS que serão alcançados pela suspensão de que trata o caput, limitados a:*

*I - prestações não pagas de termos de acordo de parcelamento firmados até 28 de maio de 2020, com base nos arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020; e*

*II - contribuições previdenciárias patronais devidas pelo Município e não pagas, relativas às competências com vencimento entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020.*

*§ 2º Para os efeitos do inciso II do § 1º, consideram-se contribuições patronais aquelas previstas no plano de custeio do RPPS, de que trata o art. 47 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, instituídas por meio de alíquotas, para cobertura dos custos normal ou suplementar, ou por meio de aportes estabelecidos em planos de amortização de déficit atuarial, devendo a lei municipal especificar se a autorização da suspensão abrange essas três espécies ou apenas alguma delas. - g.n.*

Contudo, analisando o Projeto de Lei, constata-se que o Chefe do Executivo se limitou, tão somente, em prever a suspensão, de forma genérica, no recolhimento das



120

**Câmara Municipal de Garça**  
**Estado de São Paulo**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

contribuições patronais, não fazendo qualquer referência sobre quais espécies de contribuições serão alcançadas pela medida proposta (custos normal, custo suplementar, ou aportes estabelecidos em planos de amortização).

Além disso, não foi especificado que a suspensão abarcará, exclusivamente, as contribuições previdenciárias patronais devidas e não pagas, sob pena de se incorrer no impedimento de restituição ou compensação dos valores de prestações devidas que tiverem sido pagas à entidade gestora do RPPS, nos termos do art. 2º, inciso II, da Portaria nº 14.816/2020:

*Art. 2º São vedadas:*

...

*II - a restituição ou compensação dos valores de prestações de termos de acordo de parcelamento ou de contribuições previdenciárias patronais devidas que tiverem sido pagas ao órgão ou entidade gestora do RPPS com vencimento dentro do período de que tratam os incisos I e II do § 1º do art. 1º; - g.n*

Por outro lado, constata-se que o autor do Projeto deixou de prever, à revelia da vontade legislativa, a forma como serão retomados, a partir de janeiro de 2021, os pagamentos das prestações dos termos de acordo de parcelamento.

De acordo com o art. 3º da Portaria nº 14.816, de 19 de junho de 2020, as prestações dos parcelamentos, cujo repasse tenha sido suspenso, deverão ser pagas, a partir de janeiro de 2021, com a aplicação de atualização monetária e taxa de juros previstos no acordo, de forma concomitante com as prestações vincendas, *in verbis*:

*Art. 3º Cada prestação de termo de acordo de parcelamento, de que trata o inciso I do § 1º do art. 1º, cujo repasse tenha sido suspenso, conforme autorizado em lei municipal, deverá ser paga pelo Município ao órgão ou entidade gestora do RPPS, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos no acordo, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, de forma concomitante com as prestações vincendas a partir de janeiro de 2021, iniciando-se pela prestação mais antiga suspensa e terminando pela mais recente, em número total de meses igual ao número de prestações suspensas.*

Alternativamente, a lei municipal poderá autorizar que as prestações suspensas sejam objeto de novo termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021, ou, ainda, que o termo de parcelamento seja objeto de reparcelamento, a ser formalizado até a mesma data:

*Art. 3º (...)*

...

***Parágrafo único.** Alternativamente ao disposto no caput, a lei municipal que autorizar a suspensão poderá ainda autorizar, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 2008, e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, inclusive em caso de prestações relativas a termos de acordo de parcelamento firmados com base nos parâmetros estabelecidos no art. 5º-A da referida Portaria, que:*

*I - as prestações suspensas sejam objeto de novo termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021; ou*

*II - o termo de acordo de parcelamento seja objeto de reparcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021, não se aplicando a limitação de um*



**Câmara Municipal de Garça**  
**Estado de São Paulo**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

*único reparcèlement prevista no inciso III do § 7º do art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 2008.*

Portanto, necessário que a propositura preveja a forma como será retomado, a partir de janeiro de 2021, o pagamento das prestações dos termos de acordo de parcelamento.

Noutro giro, mais uma vez se mostrando lacônico, o Projeto deixou de estabelecer a forma como serão restabelecidos, a partir de 31 de janeiro de 2021, os pagamentos das contribuições previdenciárias patronais que tiveram seu repasse suspenso.

Ou seja, caberia ao Projeto de Lei estabelecer se as contribuições previdenciárias patronais, cujo repasse tenha sido suspenso, deverão ser pagas até o dia 31 de janeiro de 2021, ou ser realizado, alternativamente, novo termo de acordo de parcelamento, nos moldes do art. 4º da Portaria nº 14.816/2020:

***Art. 4º** As contribuições previdenciárias patronais, de que trata o inciso II do § 1º do art. 1º, cujo repasse tenha sido suspenso, conforme autorizado em lei municipal, deverão ser pagas pelo Município ao órgão ou entidade gestora do RPPS, com a aplicação do índice oficial de atualização monetária e da taxa de juros previstos na legislação municipal para os casos de inadimplemento da obrigação de repasse, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial, dispensada a multa, até o dia 31 de janeiro de 2021.*

***Parágrafo único.** Alternativamente ao disposto no caput, a lei municipal que autorizar a suspensão poderá ainda autorizar, observadas as demais condições estabelecidas no art. 5º da Portaria MPS nº 402, de 2008, e o prazo máximo permitido pelo § 9º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que as contribuições suspensas sejam objeto de termo de acordo de parcelamento, a ser formalizado até o dia 31 de janeiro de 2021.*

Por tais motivos, embora o Município detenha competência legislativa para proceder à suspensão no recolhimento dos valores devidos ao RPPS, imprescindível que se observe os critérios estabelecidos na Portaria nº 14.816/2020, sob pena de ofensa ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 2020.

Logo, mister se faz a apresentação de Substitutivo ao Projeto, nos moldes do nos termos do art. 153 do RICMG, a fim de se proceder a compatibilização da propositura aos preceitos da norma geral de regência.

É evidente que o fato de se tratar de Projeto de Lei decorrente da iniciativa do Chefe do Executivo não elimina o prerrogativa parlamentar de apresentação de emendas ou substitutivos.

Em outras palavras, é inegável que os parlamentares podem apresentar emendas aos Projetos de Lei de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, desde que estas **(a)** guardem pertinência temática com o projeto inicialmente apresentado, **(b)** não desvirtuem por completo a propositura originária, e **(c)** sejam respeitados os limites constitucionais ao poder de emendas referentes à matéria orçamentária.

Esse entendimento é pacífico no âmbito do STF:



190

**Câmara Municipal de Garça**  
**Estado de São Paulo**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

“(…)

*Matérias de iniciativa reservada: as restrições ao poder de emenda ficam reduzidas à proibição de aumento de despesa e à hipótese de impertinência da emenda ao tema do projeto. Precedentes do STF: RE 140.542-RJ, Galvão, Plenário, 30-9-1993; ADI 574, Galvão; RE 120.331-CE, Borja, DJ de 14-12-1990; ADI 865-MA, Celso de Mello, DJ de 8-4-1994. (RE 191.191, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 12-12-1997, Segunda Turma, DJ de 20-2-1998.) No mesmo sentido: ADI 3.288, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 13-10-2010, Plenário, DJE de 24-2-2011.*

*A atuação dos membros da Assembleia Legislativa dos Estados acha-se submetida, no processo de formação das leis, à limitação imposta pelo art. 63, I, da Constituição, que veda – ressalvadas as proposições de natureza orçamentária – o oferecimento de emendas parlamentares de que resulte o aumento da despesa prevista nos projetos sujeitos ao exclusivo poder de iniciativa do Governador do Estado. O exercício do poder de emenda, pelos membros do parlamento, qualifica-se como prerrogativa inerente à função legislativa do estado. O poder de emendar – que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis – qualifica-se como prerrogativa deferida aos parlamentares, que se sujeitam, no entanto, quanto ao seu exercício, às restrições impostas, em numerus clausus, pela Constituição Federal. A Constituição Federal de 1988, prestigiando o exercício da função parlamentar, afastou muitas das restrições que incidiam, especificamente, no regime constitucional anterior, sobre o poder de emenda reconhecido aos membros do Legislativo. O legislador constituinte, ao assim proceder, certamente pretendeu repudiar a concepção regalista de Estado (RTJ 32/143 – RTJ 33/107 – RTJ 34/6 – RTJ 40/348), que suprimiria, caso prevalecesse, o poder de emenda dos membros do Legislativo. Revela-se plenamente legítimo, desse modo, o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projetos de lei sujeitos à reserva de iniciativa de outros órgãos e Poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar – que é inerente à atividade legislativa – as restrições decorrentes do próprio texto constitucional (CF, art. 63, I e II), bem assim aquela fundada na exigência de que as emendas de iniciativa parlamentar sempre guardem relação de pertinência com o objeto da proposição legislativa. Doutrina. Precedentes. (ADI 973-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 17-12-1993, Plenário, DJ de 19-12-2006.)*

Ante o exposto, face os apontamentos alhures indicados, propomos o oferecimento de Substitutivo ao Projeto de Lei, nos termos do art. 153 do Regimento Interno da Casa, objetivando corrigir o vícios apontados, sob pena de a propositura esbarrar nos comandos dispostos na Portaria nº 14.816/2020, além de afrontar o art. 9º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020

É o parecer.

Garça/SP, 04 de agosto de 2020.

**RAFAEL DE OLIVEIRA MATHIAS**  
**Procurador Legislativo**



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 29/2020

O Projeto de Lei nº 29/2020, de autoria do Prefeito, solicita autorização legislativa para suspender os recolhimentos previdenciários do RGPS e RPPS pelo Município de Garça.

Como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação solicitei Parecer à Procuradoria Legislativa da Casa, e após manifestação apresento meu voto quanto a matéria.

Cabe destacar que a Propositura versa sobre a suspensão de recolhimentos com o Regime Geral de Previdência Social (INSS), extrapolando a competência legislativa dos municípios nos termos do artigo 24, inciso XII, da Constituição Federal.

Além disso, o Projeto em tela não atende aos requisitos da Portaria nº 14.816/2020, publicada pelo Ministério da Economia.

Assim, reitero os apontamentos realizados pela Procuradoria da Casa quanto aos vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade do projeto.

Pelo exposto, apresento voto contrário à aprovação da matéria.

Paulo André Faneco  
Membro CCJR



20

## CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTABILIDADE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO DE LEI Nº 29/2020.

PARECER Nº 29/2020

#### Relatório

Chega para apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 29/2020

O projeto, de autoria do Prefeito, autoriza o Poder Executivo Municipal a suspender os recolhimentos previdenciários do RGPS e RPPS e dá outras providências.

O Presidente avocou a relatoria para exarar seu voto.

É o relatório.

#### Voto do Relator

Através do Projeto em tela o Executivo pretende obter autorização legislativa para suspender os recolhimentos e parcelamentos das contribuições previdenciárias patronais dos municípios devidas aos respectivos regimes próprios, entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, bem como a suspensão dos recolhimentos e parcelamentos de dívidas do Município com a Previdência Social.

No entendimento desta Comissão os recolhimentos do Regime Geral de Previdência Social deve ser mantido, motivo pelo qual, apresentados Emenda em anexo.

Isto posto, no que tange aos aspectos de competência desta Comissão a serem analisados, o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o Parecer.

Rodrigo Guimarães  
Relator

#### Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, acompanhamos seu voto pela legalidade e constitucionalidade do Projeto.

É o parecer.

S. das Comissões, 20 de agosto de 2020



## CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 29/2020

*(de autoria da Comissão de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Obras e Serviços Públicos)*

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 29/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a suspender os parcelamentos de dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e os parcelamentos e recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS - IAPEN, com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos dos arts. 2º, 9º e § 2º do mesmo artigo da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.”*

(...)

S. das Comissões, 20 de agosto de 2020



228

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**= CERTIDÃO =**

CERTIFICO que o Projeto de Lei nº 29/2020 mereceu das Comissões Permanentes da Casa seus pareceres, estando apto à discussão e votação.

FAÇO concluso a V. Exa. o citado Projeto de Lei ao Sr. Presidente.

Câmara Municipal de Garça, 20/08/2020.

  
**= Antonio Marcos Pereira =**  
**Secretário Legislativo**

**= DESPACHO =**

Determino à Secretaria sua inclusão na Ordem do Dia da **23ª Sessão Ordinária de 2020**, para sua única discussão e votação.

Câmara Municipal de Garça, 20/08/2020.

  
**= WAGNER LUIZ FERREIRA =**  
**Presidente**



231

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020, A  
REALIZAR-SE NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2020, A PARTIR DAS 17:15H**

**ITEM 1 – Projeto de Lei nº 29/2020**, de autoria do Prefeito - Autoriza o Poder Executivo Municipal a suspender os recolhimentos previdenciários do RGPS e RPPS e dá outras providências. **PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CASA. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS.**

**ITEM 2 – Projeto de Lei nº 34/2020**, de autoria do Prefeito – Altera a Lei nº 2.681/1991, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria aos servidores municipais, pensão aos seus dependentes, institui o Fundo de Aposentadoria e dá outras providências. **PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CASA. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS.**

Secretaria da Câmara Municipal de Garça, 20 de agosto de 2020.

  
**WAGNER LUIZ FERREIRA**  
*Presidente*

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.

  
**ANTONIO MARCOS PEREIRA**  
*Secretário Legislativo*

2408



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

[www.garca.sp.gov.br/diario-oficial](http://www.garca.sp.gov.br/diario-oficial)

Sexta-feira, 21 de agosto de 2020

Ano VII | Edição nº 1441

Página 6 de 6

**Serviço Autônomo de Águas e Esgotos - SAAE**

**Licitações e Contratos**

**Contratos**

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.

ANTONIO MARCOS PEREIRA

Secretário Legislativo

### SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS - SAAE DE GARÇA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 012/2020 - Contratada: JCK Rental Máquinas e Equipamentos EIRELI - ME. Objeto: locação de um gerador de energia elétrica 380 V. Vigência: 16/01/2021. Valor: R\$ 13.256,64. Modalidade: dispensa licitação, Art. 24 inc. II, Lei 8.666/93. Assinatura: 16/07/2020.

### PODER LEGISLATIVO DE GARÇA

**Atos Legislativos**

**Pauta das Sessões**

### PAUTA DA ORDEM DO DIA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020, A REALIZAR-SE NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2020, A PARTIR DAS 17:15H

ITEM 1 – Projeto de Lei nº 29/2020, de autoria do Prefeito - Autoriza o Poder Executivo Municipal a suspender os recolhimentos previdenciários do RGPS e RPPS e dá outras providências. PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CASA. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS.

ITEM 2 – Projeto de Lei nº 34/2020, de autoria do Prefeito – Altera a Lei nº 2.681/1991, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria aos servidores municipais, pensão aos seus dependentes, institui o Fundo de Aposentadoria e dá outras providências. PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CASA. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICAS.

Secretaria da Câmara Municipal de Garça, 20 de agosto de 2020.

WAGNER LUIZ FERREIRA



25A

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**VOTAÇÃO NOMINAL**

O PROJETO DE LEI Nº 29/2020, conforme dispõe o artigo 188, do Regimento Interno, foi submetido à **ÚNICA VOTAÇÃO NOMINAL** na 23ª Sessão Ordinária de 2020, realizada em 24 de agosto de 2020, obtendo-se o resultado seguinte:

VEREADOR	GLOBAL		ARTIGO POR ARTIGO					
	SIM	NÃO	S	N	S	N	S	N
1 Antonio Franco dos Santos "Bacana"	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
2 Fábio José Polisinani	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
3 Janete Conessa	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
4 José Luiz Marques	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
5 Marcão do Basquete	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
6 Patrícia Morato Marangão	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
7 Paulo André Faneco	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
8 Pedro Santos	( )	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
9 Rafael José Frabetti	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
10 Reginaldo Luiz Parente	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
11 Rodrigo Gutierrez	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
12 Silvio Ruela	(X)	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
13 Wagner Luiz Ferreira	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

**RESULTADO**

(X) APROVADO POR:

- ( ) UNANIMIDADE  
(X) MAIORIA DE VOTOS

( ) REJEITADO POR:

- ( ) UNANIMIDADE  
( ) MAIORIA DE VOTOS  
( ) INSUFICIÊNCIA DE VOTOS

S. Sessões, 24 de agosto de 2020

  
**WAGNER LUIZ FERREIRA**  
Presidente

**QUÓRUM DE APROVAÇÃO:**

- (X) Maioria Simples.      ( ) Maioria Absoluta.      ( ) Maioria Qualificada.



260

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**VOTAÇÃO NOMINAL**

A **EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 29/2020**, conforme dispõe o artigo 188, do Regimento Interno, foi submetido à **ÚNICA VOTAÇÃO NOMINAL** na 23ª Sessão Ordinária de 2020, realizada em 24 de agosto de 2020, obtendo-se o resultado seguinte:

VEREADOR	GLOBAL		ARTIGO POR ARTIGO					
	SIM	NÃO	S	N	S	N	S	N
1 Antonio Franco dos Santos "Bacana"	( )	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )
2 Fábio José Polisinani	( )	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )
3 Janete Conessa	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
4 José Luiz Marques	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
5 Marcão do Basquete	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
6 Patrícia Morato Marangão	( )	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )
7 Paulo André Faneco	( )	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )
8 Pedro Santos	( )	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )
9 Rafael José Frabetti	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
10 Reginaldo Luiz Parente	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
11 Rodrigo Gutierrez	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
12 Silvio Ruela	<input checked="" type="checkbox"/>	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )
13 Wagner Luiz Ferreira	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )	( )

**RESULTADO**

☒ **APROVADO POR:**

( ) UNANIMIDADE  
☒ MAIORIA DE VOTOS

( ) **REJEITADO POR:**

( ) UNANIMIDADE  
( ) MAIORIA DE VOTOS  
( ) INSUFICIÊNCIA DE VOTOS

S. Sessões, 24 de agosto de 2020

**WAGNER LUIZ FERREIRA**  
Presidente

**QUÓRUM DE APROVAÇÃO:**

(X) Maioria Simples.      ( ) Maioria Absoluta.      ( ) Maioria Qualificada.



270

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 29/2020. PARECER Nº 61/2020

**Relatório**

De acordo com o vencido na 23ª Sessão Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2020, oferecemos ao Projeto de Lei nº 29/2020, de autoria do Prefeito, a seguinte redação final:

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUSPENDER OS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS DO RGPS E RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

*A Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a suspender os parcelamentos de dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e os parcelamentos e recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS - IAPEN, com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos dos arts. 2º, 9º e § 2º do mesmo artigo da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2020.

Rafael José Frabetti  
Presidente

Janete Conessa  
Membro

Paulo André Faneco  
Membro



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

[www.garca.sp.gov.br/diario-oficial](http://www.garca.sp.gov.br/diario-oficial)

Quarta-feira, 26 de agosto de 2020

Ano VII | Edição nº 1445

Página 4 de 4

seguinte redação final:

"ALTERA A LEI Nº 2.681, DE 30 DE OUTUBRO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, PENSÃO AOS SEUS DEPENDENTES, INSTITUI O FUNDO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 24 da Lei Municipal nº 2.681, de 30 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. (...)

...

§ 6º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, do valor percebido em decorrência da investidura em cargo comissionado, para efeito de cálculo do benefício, a ser concedido com fundamento no artigo 40, §§ 3º, 8º e 17, da Constituição Federal, e no artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do artigo 40 da Constituição Federal.

§ 7º As opções dispostas nos §§ 5º e 6º deste artigo deverão ser formalizadas, expressamente, pelo servidor junto ao respectivo órgão de pessoal, o qual procederá às anotações necessárias no prontuário correspondente.

§ 8º O mero recebimento pelo servidor das gratificações de insalubridade e periculosidade não implicará em direito ao benefício estabelecido pelo § 4º do artigo 40 da Constituição Federal."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12 de novembro de 2019.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário."

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2020.

Rafael José Frabetti

Presidente

Janete Conessa

Membro

Paulo André Faneco

Membro

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 29/2020.

#### PARECER Nº 61/2020

Relatório

De acordo com o vencido na 23ª Sessão Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2020, oferecemos ao Projeto de Lei nº 29/2020, de autoria do Prefeito, a seguinte redação final:

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUSPENDER OS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS DO RGPS E RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a suspender os parcelamentos de dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e os parcelamentos e recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - IAPEN, com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos dos arts. 2º, 9º e § 2º do mesmo artigo da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário."

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2020.

Rafael José Frabetti

Presidente

Janete Conessa

Membro

Paulo André Faneco

Membro



29/A

# CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

---

**Ofício nº 615/2020**

Garça, 31 de agosto de 2020

Exmo. Sr.

**JOÃO CARLOS DOS SANTOS**

Prefeito

**GARÇA-SP**

Senhor Prefeito:

Atendendo ao que dispõe o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal, encaminho a Vossa Excelência, para sanção, o **Autógrafo nº 37/2020**, resultante da aprovação do **Projeto de Lei nº 29/2020**, de autoria do Prefeito, aprovado com Emenda, na 23ª Sessão Ordinária de 2020, realizada no dia 24 de agosto de 2020.

Atenciosamente,

  
**ANTONIO MARCOS PEREIRA**  
*Secretário Legislativo*



30A

**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**AUTÓGRAFO Nº 037/2020**  
**PROJETO DE LEI Nº 29/2020**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUSPENDER OS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS DO RGPS E RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a suspender os parcelamentos de dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e os parcelamentos e recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS - IAPEN, com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos dos arts. 2º, 9º e § 2º do mesmo artigo da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garça, 31 de agosto de 2020.

  
**Wagner Luiz Ferreira**  
Presidente

  
**Janete Conessa**  
Secretária

Registrado e Publicado na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Garça, na data supra.

  
**Antonio Marcos Pereira**  
Secretário Legislativo



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

[www.garca.sp.gov.br/diario-oficial](http://www.garca.sp.gov.br/diario-oficial)

Segunda-feira, 31 de agosto de 2020

Ano VII | Edição nº 1448-A

Página 2 de 2

### PODER EXECUTIVO DE GARÇA

#### Atos Oficiais

#### Leis

#### LEI Nº 5.370/2020

*AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL A SUSPENDER  
OS RECOLHIMENTOS  
PREVIDENCIÁRIOS DO  
RGPS E RPPS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS*

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a suspender os parcelamentos de dívidas do Município de Garça para com o Regime Geral da Previdência Social - RGPS e os parcelamentos e recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS - IAPEN, com vencimentos entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020, nos termos dos arts. 2º, 9º e § 2º do mesmo artigo da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garça, 31 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SANDOVAL APARECIDO SIMAS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Registrada e publicada neste Departamento de Atos Oficiais e Documentos, na data supra.

zmc.

BIANCA CAMPOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE

ATOS OFICIAIS E DOCUMENTOS